A recepção do direito inglês

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Como o direito inglês chegou

A Segunda Carta fez mais do que criar um tribunal. Ao determinar que o tribunal administrasse a justiça à maneira dos tribunais ingleses, tornou-se o veículo pelo qual o direito inglês foi recebido nos Estabelecimentos dos Estreitos (Straits Settlements). Os tribunais do século XIX entenderam que a Carta havia introduzido nos Straits Settlements o direito da Inglaterra tal como vigorava em 1826, na medida em que fosse aplicável às circunstâncias locais.[1] A data de 27 de novembro de 1826 tornou-se o marco temporal para a recepção das leis inglesas de aplicação geral: leis promulgadas na Inglaterra após essa data só se aplicavam em Singapura se fossem expressamente estendidas ou recebidas por outros meios.

A recepção por carta era característica das colônias britânicas da época. Ela dava aos colonos e comerciantes, de uma só vez, um sistema jurídico completo: a common law dos contratos, da responsabilidade civil (tort) e da propriedade, os princípios da equity, o direito dos trusts e o direito processual dos tribunais ingleses. Para uma comunidade mercantil cujos principais membros vinham da Grã-Bretanha e cujo comércio era financiado a partir de Londres, isso representava uma vantagem decisiva. Contratos podiam ser redigidos, letras de câmbio sacadas e dívidas cobradas com base em um direito que os comerciantes e seus comitentes conheciam.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

A ressalva: religiões, usos e costumes

A recepção tinha ressalvas. A Carta determinava que o tribunal exercesse sua competência eclesiástica "so far as the several Religions, Manners, and Customs of the Inhabitants of the said Settlement and Places will admit".[2] A partir dessa e de disposições semelhantes, os tribunais desenvolveram o princípio de que o direito inglês deveria ser modificado em sua aplicação a Singapura para não causar injustiça ou opressão aos habitantes, levando em conta suas religiões, usos e costumes, sobretudo no direito de família.[3] Em alguns casos antigos, o direito inglês foi modificado pelo direito consuetudinário chinês, malaio e hindu, e alguns usos locais adquiriram força de lei.[4]

A ressalva era importante para as comunidades mercantis asiáticas. Questões de casamento, sucessão e validade de trusts familiares eram decididas com atenção aos costumes chineses, muçulmanos e hindus. Os tribunais formaram uma jurisprudência sobre a família chinesa e seu patrimônio sem paralelo na Inglaterra. O direito inglês dos trusts, adaptado à prática chinesa de destinar bens ao culto dos antepassados, tornou-se um campo de litígios que moldou a transmissão do patrimônio das famílias chinesas nos Straits Settlements. O moderno direito singapuriano dos trusts e a prática de estruturação patrimonial, examinados na Parte E, têm raízes nesses casos.

Estudo de caso: trusts ancestrais e os limites da recepção

A prática chinesa de destinar bens ao culto dos antepassados ilustra a tensão entre o direito inglês e o costume local. Um testador chinês nos Straits Settlements frequentemente determinava que uma casa ou outro bem fosse mantido perpetuamente, com sua renda aplicada aos ritos do culto ancestral e sem jamais ser vendido. Pelo direito inglês, esse trust levantava dois problemas: um trust com finalidade não beneficente era em regra inválido, e uma disposição que vinculasse bens indefinidamente violava a rule against perpetuities (a regra contra a perpetuidade).

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Em *Yeap Cheah Neo v Ong Cheng Neo*, julgado pelo Privy Council em 1875, a questão chegou ao mais alto tribunal do império. O Privy Council decidiu que a regra inglesa contra a perpetuidade se aplicava nos Straits Settlements e que um trust para o culto dos antepassados não constituía finalidade beneficente segundo o direito inglês. A disposição era, portanto, nula na medida em que violasse a regra.[5] A decisão mostrou os limites da ressalva em favor dos costumes locais: os tribunais adaptariam o direito de família inglês às práticas asiáticas, mas não suspenderiam as regras fundamentais do direito de propriedade inglês.

O caso teve consequências práticas duradouras. As famílias chinesas adaptaram seus arranjos à regra, recorrendo a estruturas de duração limitada, a sociedades e, mais tarde, no século XX, a outros veículos para manter o patrimônio familiar ao longo de gerações. A tensão entre o desejo de manter o patrimônio indefinidamente na família e a insistência do direito em impor limites a esses arranjos atravessa a história da estruturação patrimonial em Singapura. O Civil Law Act introduziu depois um prazo legal de perpetuidade. O direito moderno dos trusts de Singapura, examinado na Parte E, oferece aos instituidores (settlors) considerável flexibilidade, enquanto as preocupações tratadas pelo Privy Council em 1875 – a circulação dos bens e os direitos das gerações futuras – continuam a fazer parte da análise de toda estrutura familiar de longo prazo.

Direito comercial: uma segunda recepção

A recepção de 1826 tinha uma lacuna. O direito comercial inglês desenvolveu-se rapidamente no século XIX por meio de leis sobre sociedades, letras de câmbio, compra e venda de mercadorias e seguros. Essas leis não se aplicavam nos Straits Settlements se tivessem sido promulgadas após 1826. A legislação colonial fechou a lacuna por meio de uma segunda recepção: uma ordenança de direito civil determinou que, em questões de direito mercantil – sociedades de pessoas, corporações, bancos e atividade bancária, comitentes e agentes, transportadores por terra e por mar, seguro marítimo e direito mercantil em geral –, o direito a ser aplicado seria o mesmo vigente na Inglaterra no período correspondente.[6]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

A segunda recepção teve uma consequência notável. Ela importou o direito comercial inglês de forma contínua, de modo que as mudanças no direito mercantil inglês passavam a valer automaticamente nos Straits Settlements e, mais tarde, em Singapura. O direito comercial da colônia acompanhava o de Londres, o centro financeiro do império. Comerciantes e bancos em Singapura operavam sob as mesmas regras que suas contrapartes em Londres, o que reduzia o risco jurídico e os custos de transação. A disposição permaneceu em vigor após a independência e tornou o direito comercial inglês diretamente aplicável na República até 1993.

O Application of English Law Act 1993

A recepção aberta do direito inglês gerava incerteza. Muitas vezes era difícil saber quais leis inglesas se aplicavam em Singapura. Além disso, a recepção contínua do direito comercial inglês significava que o direito de um Estado independente mudava conforme as decisões do Parlamento de Westminster. O Application of English Law Act 1993 pôs fim a essa situação.

A lei dispõe que a common law da Inglaterra, incluindo os princípios e regras da equity, na medida em que fazia parte do direito de Singapura imediatamente antes de 12 de novembro de 1993, continua a integrar o direito de Singapura.[7] A common law permanece em vigor na medida em que seja aplicável às circunstâncias de Singapura e de seus habitantes, com as modificações que essas circunstâncias exigirem.[8] Leis inglesas só se aplicam se estiverem relacionadas no First Schedule (Primeiro Anexo), com as modificações necessárias. As leis locais prevalecem sobre normas inglesas incompatíveis.[9] A lei revogou a seção 5 do Civil Law Act, o veículo da recepção contínua do direito comercial, ressalvadas disposições transitórias para processos iniciados antes de 12 de novembro de 1993.[10]

A lei encerrou o capítulo colonial da recepção. O direito de Singapura depois de 1993 é um sistema de common law autônomo, que recorre a precedentes ingleses e da Commonwealth como autoridade persuasiva e desenvolve sua própria jurisprudência. As decisões judiciais inglesas continuam a exercer forte influência e são consideradas altamente persuasivas.[11] Para os negócios internacionais, a combinação é atraente: um quadro familiar de common law, um conjunto de

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

precedentes locais adaptado às necessidades de um centro comercial asiático e tribunais que dialogam com precedentes ingleses, australianos e de outros países da Commonwealth.

Equívoco comum

Costuma-se supor que o direito de Singapura seja o direito inglês. Ambos têm origem comum, razão pela qual os precedentes ingleses continuam persuasivos nos tribunais de Singapura. Desde o Application of English Law Act 1993, porém, as leis inglesas só se aplicam se estiverem relacionadas na lei, e a common law inglesa só se aplica tal como vigorava em 12 de novembro de 1993, observadas as circunstâncias locais. Os tribunais de Singapura desenvolveram posições próprias em muitas áreas do direito contratual, dos trusts e do direito comercial. Um contrato regido pelo direito de Singapura deve ser analisado à luz do direito de Singapura, com os precedentes ingleses como orientação.

Notas

1. Os casos de referência são *R v Willans* (1858) 3 Ky 16 e *Yeap Cheah Neo v Ong Cheng Neo* (1875) LR 6 PC 381. Ver também a análise em Kevin Y.L. Tan, "The Second Charter", *Singapore Law Gazette*, 15 de abril de 2026. ↩
2. Kevin Y.L. Tan, "The Second Charter of Justice and the First Recorder (Part 1)", *Singapore Law Gazette*, março de 2023, citando a Carta. ↩
3. Wikipedia, "Sources of Singapore law" (acesso em setembro de 2026): o direito inglês "should be modified in application to Singapore so as not to cause injustice or oppression to the indigenous people", com atenção "to their religions, usages and manners". ↩
4. Wikipedia, "Sources of Singapore law" (acesso em setembro de 2026): "in certain early cases English law was modified by Chinese, Malay and Hindu customary law, and some native usages or customs acquired the force of law". ↩
5. *Yeap Cheah Neo v Ong Cheng Neo* (1875) LR 6 PC 381. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

6. A disposição originou-se na Civil Law Ordinance de 1878 e tornou-se depois a seção 5 do Civil Law Act (Cap 43); a lista de matérias e a fórmula do "período correspondente" são resumidas a partir da literatura secundária, em especial o artigo sobre a seção 5 do Civil Law Act na *Anglo-American Law Review*, v. 17, p. 251. ↩
7. Application of English Law Act 1993, seção 3(1), Singapore Statutes Online (acesso em setembro de 2026). ↩
8. Application of English Law Act 1993, seção 3(2), Singapore Statutes Online (acesso em setembro de 2026). ↩
9. Application of English Law Act 1993, seções 4(1) e 4(3), Singapore Statutes Online (acesso em setembro de 2026). ↩
10. Application of English Law Act 1993, seção 6, Singapore Statutes Online (acesso em setembro de 2026). ↩
11. Wikipedia, "Sources of Singapore law" (acesso em setembro de 2026): os precedentes judiciais ingleses "continue to exercise a strong influence on the legal system and are regarded as highly persuasive". ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.